

Política

Eleições Maioria é do Norte, região com o maior número de etnias no país, mas com poucas vagas no Congresso

Candidatura de indígenas é recorde

Eleições
2022Daniela Chiaretti
De São Paulo

Nesta eleição foram registradas 175 candidaturas indígenas. É um número recorde e representa um aumento de 37% em relação à eleição de 2018 e o dobro de 2014. As candidaturas, contudo, partem da autodeclaração de quem se diz indígena. A maioria tenta um cargo político por partidos de esquerda, 60% tenta ser deputado estadual e a maioria é do Norte, região que concentra o maior número de etnias no País, mas com poucas vagas no Congresso.

Segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral há 105 candidatos indígenas a deputado estadual e 55 a deputado federal. São quatro que buscam ser vice-governadores, três para senadores, dois, governador, e uma concorre à vice-presidência. Trata-se de Raquel Itremembé (ou Kunã Yporá), da etnia Tremembé, do Maranhão, na chapa da perna buca- nara Vera Lúcia, candidata à presidência pelo PSTU.

Em 2018 foi Sônia Guajajara quem concorreu à vice-presidência pelo Psol na chapa de Guilherme Boulos. Agora, Sônia, uma das principais lideranças indígenas do país, tenta a vaga de deputada federal por São Paulo também pelo Psol. Tem chances. São Paulo tem 94 vagas para deputados estaduais e 70 para fede-



Sônia Guajajara: uma das principais lideranças do país concorre ao Congresso

rais. Além disso, há na Federação Rede-Indígenas do Brasil (Apib), rede criada em 2005 com representação em todos os Estados. "A questão é o quanto destas candidaturas está alinhada com o movimento indígena e tem algum vínculo com o povo de origem e suas tradições", continua.

É o caso do vice-presidente da República Hamilton Mourão, que em 2018, na chapa de Jair Bolsonaro, declarou-se indígena mas ago-

ra registrou candidatura ao Senado pelo Rio Grande do Sul (Repúblicas) declarando-se branco. O general disse nas redes sociais que foi um erro de preenchimento.

"Existe uma certa mistura nestas candidaturas, fundamentada na autoidentificação dos deputados. São pessoas que se colocam como indígenas por conta de uma ascen-



Daniel Mundurukú: autor de 56 livros é candidato a deputado federal pelo PDT

sa, mas que não são ligadas ao movimento indígena, não moram e nunca moraram em aldeias", diz

Marcio Santilli, sócio fundador do Instituto Socioambiental (ISA) e ex-presidente da Funai.

A Apib apoiará 20 a 25 candidaturas no país com ajuda na articulação política, jurídica e na comunicação. "Estamos trabalhando com candidaturas de partidos progressistas que atuam na defesa da pauta indígena, climática e ambiental e que irão defender esta agenda no Congresso Nacional", diz Kleber Karipuna.

Uma das lideranças mais fortes é a advogada Joenia Wapichana, atualmente a única representante indígena no Congresso e que tenta a reeleição pela Rede. Joenia recebeu 8.491 votos em 2018. Em Roraima, contudo, há outra candidata à disputa no Congresso, Telma Taupang que pode dividir os votos indígenas no Estado e atrapalhar a reeleição de Joenia.

Joenia foi eleita majoritariamente por indígenas. Mas há situações híbridas, de quem espera ter representação indígena, mas sabe que precisa de votos urbanos, de jovens e simpatizantes da pauta, como é o caso de Sônia Guajajara", diz Santilli.

Na eleição deste ano disputam lideranças femininas como Celia Xakriabá, mestre em desenvolvimento sustentável e doutoranda em antropologia pela UFMG, candidata a deputada federal pelo Psol-MG. Outra que busca um lugar no Congresso é a guarani Kerexu Yapyry (Psol-SC).

Junior Manchineri, o mais jovem candidato indígena tem 21 anos, concorre a uma vaga pela Assembleia Legislativa no Acre pelo PT e uma de suas principais pautas é o combate à fome.

Outras candidaturas fortes são apoiadas pelo Parlamento Indígena do Brasil, o ParlaIndio. O escritor Daniel Mundurukú, autor de 56 livros, é candidato a deputado federal pelo PDT-SP. Almir Suruí, do povo Piuter Suruí, de Rondônia, também é candidato a deputado federal pelo PDT-RO. O líder ashuninka Francisco Pyako busca uma vaga no Congresso pelo PSD-AC.

Rio tem até hoje para explicar caso Ceperj à Economia

Paula Martini e Caio Sartori
Do Rio

O governo do Rio tem até hoje para dar esclarecimentos ao Ministério da Economia sobre o suposto esquema de cargos secretos no Centro de Estudos e Pesquisas do Rio de Janeiro (Ceperj), alvo de investigação pelo Ministério Público do Estado (MP-RJ). A prestação de contas terá que ser feita ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal (CSRRF), ligado ao ministério, que notifica o Rio sobre a possibilidade de o caso Ceperj violar a Lei Complementar 159. A legislação instituiu regras para os Estados renegociarem o pagamento de dívidas com a União.

O Valor apurou que, se a violação for comprovada, o Estado pode ser penalizado com a aceleração das parcelas da dívida e, em última instância, até ser excluído do RRF, no caso de as irregularidades persistirem por dois anos consecutivos. Como o veredito deve ser dado apenas em abril do ano que vem, quando o conselho avalia o semes-

tre anterior, um eventual impacto adicional no orçamento do Estado ficaria para 2024, quando o Rio terá que pagar, pelo calendário atual, cerca de R\$ 5 bilhões à União.

De acordo com a lei que instituiu o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), a criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesas acarreta um acréscimo de 20% na parcela da dívida até o fim do ano posterior em que for identificado o problema. Dessa forma, os R\$ 5 bilhões a serem pagos em 2024 poderiam se transformar em uma conta de pelo menos R\$ 6 bilhões, R\$ 1 bilhão a mais do previsto no cronograma de pagamento para o ano em questão.

Existe ainda a hipótese, pelas regras do RRF, de o Estado ser retirado do regime em caso de violação, conforme atestam fontes com conhecimento do tema: "Não pode cometer infração dois anos seguidos: se cometer uma infração ainda tem o ano seguinte, tem outra chance. Se saísse do regime, seria o pior dos mundos, a negociação voltaria ao zero, com consequen-

cias para o pagamento da dívida. Ao entrar no regime, as condições de pagamento são facilitadas mas tem que obedecer às condições do regime." Em 2022, o Rio pagará à União R\$ 1,4 bilhão em serviço da dívida e o valor cresce ano a ano.

Em nota, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz) disse que o Rio vem cumprindo com as obrigações previstas no regime: "O governo encaminhará as informações solicitadas pelo Conselho do Regime de Recuperação Fiscal dentro do prazo legal previsto, como tem feito sempre que solicitado." A Sefaz afirmou ainda: "O mais recente relatório de monitoramento do RRF atesta que o Estado está em dia com a prestação de informações necessárias ao cumprimento do RRF, tanto para o Conselho quanto para a Secretaria do Tesouro Nacional".

O Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal enviou ofício ao governador Cláudio Castro (PL) em 20 de julho. No documento, ao qual o Valor teve acesso, o conselho observou a

possibilidade de "violação" do artigo que veda a criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesas nos Estados em recuperação fiscal, segundo rege a Lei Complementar 159. A legislação proíbe ainda a contratação de novas operações de crédito por Estados que façam contratações indevidas. O Conselho deu 30 dias corridos para o Palácio Guanabara responder quantos cargos foram criados no âmbito da Ceperj, o impacto financeiro das contratações até o término da vigência do plano e a justificativa para as nomeações. Esse prazo se encerra hoje.

Segundo as denúncias, R\$ 248 milhões foram gastos por fora do sistema de transparência pública com funcionários da fundação. Há indícios, na investigação do Ministério Público, de que nomeados no Ceperj eram pagos para atuar em prol de interesses políticos da base do governo do Estado. O caso foi inicialmente revelado pelo portal "UOL".

O Valor apurou que os conse-

lheiros do CSRRF tomaram conhecimento das contratações via imprensa, uma vez que o Ceperj não prestou as informações pelo Sistema de Monitoramento do Regime. O sistema é utilizado para que os órgãos prestem contas, mensalmente, sobre alteração em contratos, aumento salarial, criação de cargos e demais atos que possam representar violação ao regime. Esse não foi o caso do Ceperj. "Estamos totalmente no escuro, não sabemos o que aconteceu", disse uma fonte sobre as contratações.

O Conselho de Supervisão do Regime é formado por três conselheiros – um representa a Economia, outro o Tribunal de Contas da União (TCU) e um terceiro o Estado do Rio – e tem como atribuição monitorar ações e possíveis irregularidades, além de classificar o desempenho das unidades federativas.

Os conselheiros se reúnem a cada seis meses para avaliar eventuais violações cometidas pelos Estados. O próximo encontro será em abril do ano que vem. Na hipótese de a avaliação semestral concluir pela

inadimplência das obrigações do Rio, o resultado será encaminhado ao Estado, que pode pedir revisão ao ministro da Economia. Fontes destacam que a avaliação tem caráter técnico, uma vez que não cabe ao conselho votar em se as despesas são legítimas, mas apenas identificar se elas se enquadram em situações vedadas pelo regime.

Outra fonte a par das negociações diz que o Estado tem hoje, na esteira do caso Ceperj, um volume de despesas que não estava previsto como "ressalva" no fluxo de gastos. "O conselho conhece as despesas. Se há algo adicional, tem que entrar como ressalva", diz. O novo RRF tem duração de dez anos. O regime é essencial para dar fôlego financeiro a Estados em dificuldades. No caso do Rio, a dívida com a União soma cerca de R\$ 184 bilhões. Em contrapartida, o Estado – às voltas com crise estrutural nas contas públicas – se compromete com série de ajustes nas despesas. Pelas regras do acordo, o Rio terá 30 anos para quitar a dívida com a União.

Com o **VALOR DIGITAL**, você aproveita as últimas notícias sobre economia e negócios onde e quando quiser.

ACESSE: VALOR.COM.BR